





GROS

NE



AGRADEÇAM AOS INGLESES

Por volta de 1830, o escravo José Francisco dos Santos conquistou a liberdade. Depois de anos de trabalho forçado na Bahia, viu-se livre da escravidão, provavelmente comprando sua própria carta de alforria ou ganhando-a de algum amigo rico. Estava enfim livre do sistema que o tirou da África quando jovem, jogou-o num navio imundo e o trouxe amarrado para uma terra estranha. José tinha uma profissão – havia trabalhado cortando e costurando tecidos, o que lhe rendeu o apelido de “Zé Alfaiate”. No entanto, o ex-escravo decidiu dar outro rumo a sua vida: foi operar o mesmo comércio do qual tinha sido vítima. Voltou à África e se tornou traficante de escravos. Casou-se com uma das filhas de Francisco Félix de Souza, o maior vendedor de gente da África atlântica, e passou a mandar ouro, negros e azeite de dendê para vários portos da América e da Europa. Foi o fotógrafo e etnólogo Pierre Verger que encontrou, com um neto de Zé Alfaiate, uma coleção de 112 cartas escritas

pelo ex-escravo. As mensagens foram enviadas entre 1844 e 1871 e tratam de negócios com Salvador, Rio de Janeiro, Havana (Cuba), Bristol (Inglaterra) e Marselha (França). Em 22 de outubro de 1846, numa carta para um comerciante da Bahia, o traficante conta que teve problemas ao realizar um dos atos mais terríveis da escravidão – marcar os negros com ferro incandescente. Diz ele:

Por esta goleta [*uma espécie de escuna*] embarquei por minha conta em nome do sr. Joaquim d'Almeida 20 balões [*escravos*] sendo 12 H. e 8 M. com a marca “5” no seio direito. Eu vos alerto que a marca que vai na listagem geral é “V seio” mas, como o ferro quebrou durante a marcação, não houve então outro remédio senão marcar com ferro “5”.¹

Talvez Zé Alfaiate tenha entrado para o tráfico por um desejo de vingança, na tentativa de repetir com outras pessoas o que ele próprio sofreu. O mais provável, porém, é que visse no comércio de gente uma chance comum e aceitável de ganhar dinheiro, como costurar ou exportar azeite. Havia muito tempo que o costume de atacar povos inimigos e vendê-los era comum na África. Com o tráfico pelo oceano Atlântico, as pilhagens a povos do interior, feitas para capturar escravos, aumentaram muito – assim como o lucro de reis, nobres cidadãos comuns africanos que operavam a venda. Essa personalidade dupla da África diante do tráfico de escravos às vezes aparece num mesmo indivíduo, como é o caso de Zé Alfaiate. Ex-escravo e traficante, foi ao mesmo tempo vítima e carrasco da escravidão.

Não era preciso sair do Brasil para agir como ele. Por aqui, os escravos tiveram que se adaptar a um novo modo

de vida, mas não abandonaram costumes do outro lado do Atlântico. Nas vilas da corrida do ouro de Minas Gerais, nas fazendas de tabaco da Bahia, era comum africanos ou descendentes escravizarem. Como um pedaço da África, cristão e falante de português, o Brasil também abrigou reis africanos que vinham se exilar no país quando a situação do seu reino complicava, embaixadores negros interessados em negociar o preço de escravos, e até mesmo filhos de nobres africanos que vinham estudar na Bahia, numa espécie de intercâmbio estudantil. Esses fenômenos certificam uma boa metáfora que Joaquim Nabuco usa no livro *O Abolicionismo*, clássico do movimento brasileiro pelo fim da escravidão. Nabuco dizia que o tráfico negreiro provocou uma união das fronteiras brasileiras e africanas, como se a África tivesse aumentado seu território alguns milhares de quilômetros. “Lançou-se, por assim dizer, uma ponte entre a África e o Brasil, pela qual passaram milhões de africanos, e estendeu-se o hábitat da raça negra das margens do Congo e do Zambeze às do São Francisco e do Paraíba do Sul.”² Com os mais de 4 milhões de escravos que vieram forçados ao Brasil, veio também a África.

Na década de 1990, quando os historiadores passaram a dar mais peso à influência da cultura africana na escravidão brasileira, os estudos sofreram uma revolução. Em obras como *Em Costas Negras*, publicada em 1997 pelo historiador Manolo Florentino, houve uma mudança de ponto de vista muito parecida com a que aconteceu com os índios. Os negros deixaram de ser vistos como vítimas constantemente passivas, que nunca agiam por escolha própria. “Em franca reação à visão reificadora do africano sugerida pelos estudos das décadas de 1960 e 1970, os historiadores bus-

Os mocambos e quilombos, povoados de negros que fugiam da escravidão, também eram muito comuns na África, principalmente no Congo e em Angola.



No auge de seu poder, o rei africano Kosoko, de Lagos, hoje capital da Nigéria, resolveu dar um presente para três de seus filhos. Mandou-os para uma espécie de intercâmbio estudantil do outro lado do Atlântico, provavelmente de carona num navio negreiro cheio de escravos vendidos pelo pai deles.

PRÍNCIPES AFRICANOS VINHAM ESTUDAR NO BRASIL

Na Bahia, os irmãos ficaram a cargo de um comerciante amigo do rei. Segundo Benjamin Campbell, cônsul inglês em Lagos, os três “foram muito bem tratados na Bahia, como se fossem príncipes”.³ Voltaram para casa em 28 de agosto de 1850, batizados, com nomes cristãos – Simplício, Lourenço e Camílio – e elogiando a hospitalidade dos brasileiros. Viagens assim não foram raras durante a escravidão. Algumas décadas antes da viagem dos três irmãos, em 1781, o príncipe Guinguin foi carregado por seus súditos “a bordo de um navio português para ser levado ao Brasil, onde foi educado”, conta Pierre Verger.⁴ “Forneceram-lhe vinte escravos para sua subsistência.”



caram mostrar o negro como sujeito da história, protagonista da escravidão, ainda que não aquilombado, quando não cúmplice do cativo”, escreveu o historiador Ronaldo Vainfas.⁵ Essa nova corrente de estudos descobriu personagens bem diferentes dos pares “senhor cruel/escravo rebelde” ou “senhor camarada/escravo submisso”, como se refere o historiador Flávio dos Santos Gomes.⁶ Também fez aflorar histórias aparentemente desagradáveis para minorias e movimentos sociais, como as que estão a seguir.

Zumbi tinha escravos

Zumbi, o maior herói negro do Brasil, o homem em cuja data de morte se comemora em muitas cidades do país o Dia da Consciência Negra, mandava capturar escravos de fazendas vizinhas para que eles trabalhassem forçados no Quilombo dos Palmares. Também sequestrava mulheres, raras nas primeiras décadas do Brasil, e executava aqueles que quisessem fugir do quilombo.

Essa informação parece ofender algumas pessoas hoje em dia, a ponto de preferirem omiti-la ou censurá-la, mas na verdade trata-se de um dado óbvio. É claro que Zumbi tinha escravos. Sabe-se muito pouco sobre ele – cogita-se até que o nome mais correto seja Zambi –, mas é certo que viveu no século 17. E quem viveu próximo do poder no século 17 tinha escravos, sobretudo quem liderava algum povo de influência africana.

Desde a Antiguidade, os humanos guerrearam, conquistaram escravos e muitas vezes venderam os sobra-

vam. Até o século 19, em Angola e no Congo, de onde veio a maior parte dos africanos que povoaram Palmares, os sobás se valiam de escravos na corte e invadiam povoados vizinhos para capturar gente. O sistema escravocrata só começou a ruir quando o Iluminismo ganhou força na Europa e nos Estados Unidos. Com base na ideia de que todos as pessoas merecem direitos iguais, surgiu a Declaração dos Direitos da Virgínia, de 1776, e os primeiros protestos populares contra a escravidão, na Inglaterra. Os abolicionistas apareceram um século depois de Zumbi e a 7 mil quilômetros da região onde o Quilombo dos Palmares foi construído.

É difícil acreditar que, no meio das matas de Alagoas, Zumbi tenha se adiantado ao espírito humanista europeu ou previsto os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa. É ainda mais difícil quando consultamos os poucos relatos de testemunhas que conheceram Palmares. Elas indicam o esperado: o quilombo se parecia com um povoado africano, com hierarquia rígida entre reis e servos. Os moradores chamavam o lugar de *Ngola Janga*, em referência aos reinos que já existiam na região do Congo e de Angola.

Significa “novo reino”
ou “novo sobado”.

Ganga Zumba, tio de Zumbi e o primeiro líder do maior quilombo do Brasil, provavelmente descendia de imbangalas, os “senhores da guerra” da África Centro-Occidental. Os imbangalas viviam de um modo similar ao dos moradores do Quilombo dos Palmares. Guerreiros temidos, eles habitavam vilarejos fortificados, de onde partiam para saques e sequestros dos camponeses de regiões próximas. Durante o ataque a comunidades vizinhas, recrutavam garotos, que depois transformariam em guerreiros, e adultos para trocar por ferramentas e armas com os europeus. Algumas mulhe-

res conquistadas ficavam entre os guerreiros como esposas. “As práticas dos imbangalas tinham o propósito de aterrorizar a população em geral e de encorajar as habilidades marciais – bravura na guerra, lealdade total ao líder militar e desprezo pelas relações de parentesco”, afirma o historiador americano Paul Lovejoy. “Essas práticas incluíam a morte de escravos antes da batalha, canibalismo e infanticídio.” Tanta dedicação a guerras e sequestros fez dos imbangalas grandes fornecedores de escravos para a América. Lovejoy estima que três quartos dos cerca de 1,7 milhão de escravos embarcados entre 1500 e 1700 vieram da África Centro-Ocidental, sobretudo do sul do Congo.⁷ Como a aliança com os portugueses às vezes se quebrava, os guerreiros também acabavam sendo escravizados.⁸ Provavelmente foi assim que os pais ou avôs de Zumbi chegaram ao Brasil.

Entre os soldados que lutaram para derrubar o Quilombo de Palmares, o que mais impressionava, além da força militar dos quilombolas, era o modo como eles se organizavam politicamente. Segundo o relato do capitão holandês João Blaer, que lutou contra o quilombo em 1645, todos os quilombolas eram

[...] obedientes a um que se chama o Ganga Zumba, que quer dizer Senhor Grande; a este têm por seu rei e senhor todos os mais, assim naturais dos Palmares como vindos de fora; tem palácio, casas de sua família, é assistido de guardas e oficiais que costumam ter as casas reais. É tratado com todos os respeitos de rei e com todas as honras de senhor. Os que chegam à sua presença põem os joelhos no chão e batem palmas das mãos em sinal de reconhecimento e protestação de sua excelência; falam-lhe “majestade”, obedecem-lhe por admiração.⁹

Não há relatos de que os moradores de Palmares cometessem infanticídio ou canibalismo, mas diversos falam de ataques a camponeses, sequestros de homens e mulheres e ainda de vilarejos fortificados.

Para obter escravos, os quilombolas faziam pequenos ataques a povoados próximos. “Os escravos que, por sua própria indústria e valor, conseguiam chegar aos Palmares, eram considerados livres, mas os escravos raptados ou trazidos à força das vilas vizinhas continuavam escravos”, afirma Edison Carneiro no livro *O Quilombo dos Palmares*, de 1947. No quilombo, os moradores deveriam ter mais liberdade que fora dele. Mas a escolha em viver ali deveria ser um caminho sem volta, o que lembra a máfia hoje em dia. “Quando alguns negros fugiam, mandava-lhes crioulos no encalço e uma vez pegados, eram mortos, de sorte que entre eles reinava o temor”, afirma o capitão João Blaer. “Consta mesmo que os palmaristas cobravam tributos – em mantimentos, dinheiro e armas – dos moradores das vilas e povoados. Quem não colaborasse poderia ver suas propriedades saqueadas, seus canaviais e plantações incendiados e seus escravos sequestrados”, afirma o historiador Flávio Gomes no livro *Palmares*.

Não dá para ter certeza de que a vida no quilombo era assim mesmo, mas os vestígios e o pensamento da época levam a crer que sim. Apesar disso, Zumbi ganhou um retrato muito diferente por historiadores marxistas das décadas de 1950 a 1980. Décio Freitas, Joel Rufino dos Santos e Clóvis Moura fizeram do líder negro do século 17 um representante comunista que dirigia uma sociedade igualitária. Para eles, enquanto fora do quilombo predominava a monocultura de cana-de-açúcar para exportação, faltava comida e havia classes sociais oprimidas e opressoras (tudo de ruim), em Palmares não existiam desníveis sociais, plantavam-se alimentos diversos e por isso havia abundância de comida (tudo de bom). “Nesta bibliografia de viés marxista

há um esforço em caracterizar Palmares como a primeira luta de classes na História do Brasil”, afirma a historiadora Andressa Barbosa dos Reis em um estudo de 2004.¹⁰

A imaginação sobre Zumbi foi mais criativa na obra do jornalista gaúcho Décio Freitas, amigo de Leonel Brizola e do ex-presidente João Goulart. No livro *Palmares: A Guerra dos Escravos*, Décio afirma ter encontrado cartas mostrando que o herói cresceu num convento de Alagoas, onde recebeu o nome de Francisco e aprendeu a falar latim e português. Aos 15 anos, atendendo ao chamado do seu povo, teria partido para o quilombo. As cartas sobre a infância de Zumbi teriam sido enviadas pelo padre Antônio Melo, da vila alagoana de Porto Calvo, para um padre de Portugal, onde Décio as teria encontrado. Ele nunca mostrou as mensagens para os historiadores que insistiram em ver o material. A mesma suspeita recai sobre outro livro seu, *O Maior Crime da Terra*. O historiador Claudio Pereira Elmir procurou por cinco anos algum vestígio dos registros policiais que Décio cita. Não encontrou nenhum. “Tenho razões para acreditar que ele inventou as fontes e que pode ter feito o mesmo em outras obras”, disse-me Claudio no fim de 2008. O nome de Francisco, pura cascata de Décio Freitas, consta até hoje no *Livro dos Heróis da Pátria* da Presidência da República.

Também se deve à historiografia marxista o fato de Zumbi ser muito mais importante hoje em dia do que Ganga Zumba, seu antecessor. Enquanto o primeiro ficou para a história como herói da resistência do quilombo, seu tio faz o papel de traidor. Essa fama se deve ao acordo de paz que fez com os portugueses em 1678. Ganga Zumba, recebido em Recife quase como chefe de Estado, prometeu ao governa-

Em 1685, na tentativa de fazer um acordo de paz com o quilombo, o rei de Portugal mandou uma mensagem carinhosa para Zumbi. Um trecho: “Convido-vos a assistir em qualquer estância que vos convier, com vossa mulher e vossos filhos, e todos os vossos capitães, livres de qualquer cativoiro ou sujeição, como meus leais e fiéis súditos, sob minha real proteção”.¹¹

dor de Pernambuco mudar o quilombo para um lugar mais distante e devolver os moradores que não tivessem nascido em Palmares. Em troca, os portugueses se comprometeriam a deixar de atacar o grupo. Os historiadores marxistas acharam a promessa de entregar os negros uma traição, que Zumbi teria se recusado a levar adiante. “A ele [Zumbi] foram associados os valores da guerra, da coragem, do destemor e principalmente a postura de resistir continuamente às forças coloniais”, conta a historiadora Andressa dos Reis. “Esta visão de Freitas foi a imagem do Quilombo e de Zumbi que se cristalizou nas décadas de 1980 e 1990.” Os poucos documentos do período não são o bastante para dizer que Zumbi agiu diferente de Ganga Zumba e foi mesmo contra o acordo de paz. Se foi, pode ter agido contra o próprio quilombo, provocando sua destruição. Acordos entre comunidades negras e os europeus eram comuns na América Latina – e nem sempre os quilombolas cumpriram a promessa de devolver escravos. No Suriname, o quilombo dos negros chamados saramacás respeitou o acordo de paz com os holandeses. Esse grupo, que o historiador americano Richard Price considera a “experiência mais extraordinária de quilombos no Novo Mundo”, conseguiu manter o povoado protegido dos ataques europeus. Tem hoje 55 mil habitantes.

o sonho dos escravos era ter escravos

O livro *Mulheres Negras do Brasil*, de Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil, foi lançado em 2007 com patrocínio do Banco do Brasil e da Petrobras. Um capítulo da obra trata



Hoje em dia relacionamos negros a escravos porque a escravidão africana foi a última. Essa relação tem uma história muito recente. Houve um tempo em que escravos lembravam brancos de olhos de azuis.

QUANDO OS ESCRAVOS TINHAM OLHOS AZUIS

A própria palavra “escravo” vem de “eslavos” – os povos do leste europeu constantemente submetidos à vontade de germanos e bizantinos na alta Idade Média.¹² Brancos europeus também foram escravizados por africanos. Entre 1500 e 1800, os reinos árabes do norte da África capturaram de 1 milhão a 1,25 milhão de escravos brancos, a maioria deles do litoral do Mediterrâneo, segundo um estudo do historiador americano Robert Davis, autor do livro *Christian Slaves, Muslim Masters* (“Cristãos Escravos, Senhores Muçulmanos”).¹³





das mulheres negras livres de Minas Gerais do século 18. O livro reúne belas imagens da época, mas deixa de fora uma informação essencial. Nas vinte páginas sobre as negras mineiras, não há sequer uma menção ao fato mais corriqueiro daquela época: assim que conseguiam economizar para comprar a alforria, o próximo passo de muitas negras era adquirir escravos para si próprias.

A corrida do ouro de Minas Gerais do século 18 fez pequenas vilas rurais se transformarem em cidades efervescentes. Era um fenômeno poucas vezes visto no Brasil. Até então, mesmo as capitais das províncias eram povoados bucólicos que funcionavam como centros administrativos das colônias ao redor. Já as ruas de Mariana, Diamantina, Sabará e Vila Rica, atual Ouro Preto, ficaram de repente apinhadas de aventureiros e mineiros enriquecidos. Depois de duzentos anos procurando, Portugal tinha enfim encontrado ouro em larga escala no Brasil. Entre 1700 e 1760, um em cada quatro portugueses veio ao Brasil, quase todos para Minas Gerais. O ouro que esses aventureiros descobriam fazia as cidades vibrar. Hospedarias lotadas, tabernas e armazéns se multiplicavam, vendedores disputavam espaço nas ruas oferecendo porcos, galinhas, frutas, doces e queijo. Sapateiros, ferreiros, alfaiates, tecelões e chapeleiros enriqueciam. As irmandades religiosas faziam festas e competiam para construir a igreja mais bonita. Nesse novo ambiente urbano, havia possibilidades para muita gente, inclusive escravos e escravas.

A mando de seus donos, as escravas costumavam vender doces e refeições nas lavras de ouro para os garimpeiros famintos. Quando ultrapassavam a venda que o senhor esperava, faziam uma caixinha para si próprias. Com alguns



anos de economia, conseguiam juntar o suficiente para comprar a carta de alforria, tornando-se “forras”. Também acontecia de ganharem a liberdade por herança, quando o dono morria ou voltava para Portugal. Nessas ocasiões, eram ainda agraciadas com alguns bens do senhor falecido. Em 1731, a ex-escrava Lauriana ganhou do testamento do seu antigo dono o sítio onde moravam. A mesma coisa fez o português Antônio Ribeiro Vaz, morto em 1760 na cidade de Sabará. Libertou seus sete escravos e legou a eles a casa e todos os bens que possuía.¹⁴

Em liberdade, essas Chicas da Silva tinham muito mais tempo e ferramentas para ganhar dinheiro. Contando com escravos como mão de obra barata, algumas fizeram fortuna. A angola Isabel Pinheira morreu em 1741 deixando sete escravos no testamento, que deveriam ser todos alforriados quando ela morresse. Na década de 1760, a baiana Bárbara de Oliveira tinha vários imóveis, joias, roupas de seda e nada menos que 22 escravos. Era uma fortuna para a época. Apesar de serem livres e ricas, as negras forras não viraram senhoras da elite: continuavam carregando o estigma da cor. Havia uma compensação. Elas desfrutavam de uma autonomia muito maior que as mulheres brancas. Enquanto as “donas” ficavam em casa debaixo das decisões do marido e cuidando de sua reputação, as negras circulavam na rua, nas lavras e pelas casas, conversando com quem quisessem e tocando a vida independentemente de maridos.

No livro *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII*, o historiador Eduardo França Paiva mostra mais um caso interessante: o da negra Bárbara Gomes de Abreu e Lima. Dona de um casarão em frente à Igreja Matriz de Sabará, ela tinha sete escravos e parcerias comerciais

Uma carta de alforria custava cerca de 150 mil réis – o equivalente a uma casa simples na cidade.

O fato de a ex-escrava ter escravos não era motivo de surpresa para os vizinhos. De acordo com o historiador José Roberto Pinto de Góes, os negros somavam três quartos da população livre de Sabará. Em 1830, 43% das casas de negros livres tinham escravos.

com empresários e políticos. Seu testamento indica que ela revendia ouro e controlava negócios em diversas cidades de Minas e da Bahia. A herança incluía dezenas de joias e artefatos de metais preciosos, com cordões, corações, argolas, brincos, “tudo de ouro”, além de “quatro colheres de prata pesando oito oitavas cada uma, quatro garfos de prata e uma faca com cabo de prata”, saias de seda e vestidos. Nem todas as negras tiveram tantas riquezas, direitos e relações quanto Bárbara. Mas, como diz o historiador Eduardo Paiva, ela “representava, certamente, um modelo que a ser seguido por outras **escravas libertas**”.¹⁵

Donas de escravos como qualquer outro senhor colonial, essas negras forras também praticavam atos cruéis que marcaram a escravidão brasileira. Uma das piores coisas que poderia acontecer para escravos da mesma família era serem separados e vendidos para cidades diferentes. Essa prática frequentemente resultava em fugas e rebeliões nas senzalas. A negra forra Luísa Rodrigues não se importou com isso em seu testamento, de 1753. Consta ali sua decisão de vender dois dos quatro filhos de sua escrava Leonor. Também concedeu alforria para um dos outros dois filhos da escrava, provavelmente querendo compensar o fato de ter separado a família.

Negros agiam assim por todo o país, e não só as mulheres. “Em Campos dos Goytacazes [Rio de Janeiro], no final do século 18, um terço da classe senhorial era ‘de cor’. Isso acontecia na Bahia, em Pernambuco etc.”, escreveu o historiador José Roberto Pinto de Góes.¹⁶ O historiador americano Bert Barickman, analisando os registros de posses de escravos em vilas rurais ao redor de Salvador, descobriu que negros eram uma parcela considerável dos

proprietários de escravos. No vilarejo de São Gonçalo dos Campos, pardos e negros alforriados tinham 29,8% de todos os cativos. Em Santiago do Iguape, 46,5% dos escravos eram propriedade de negros, que, diante dos brancos, eram minoria da população livre. “Embora possuíssem geralmente apenas um número reduzido de cativos, esses não brancos eram, ainda assim, senhores de escravos”, diz o historiador Barickman.¹⁷

Também houve casos de escravos que se tornaram traficantes, como mostra Zé Alfaiate no começo deste capítulo. Entre os negros que depois de livres voltaram para a terra natal, formando a comunidade de “brasileiros” no Daomé, hoje Benin, vários passaram a vender gente. O africano João de Oliveira voltou à África em 1733, depois de adquirir a liberdade na Bahia. Abriu dois portos de venda de escravos, pagando do próprio bolso o custo das instalações para o embarque dos negros capturados. O ex-escravo Joaquim d’Almeida tinha casa no Brasil e na África. Cristão e enriquecido pelo tráfico, financiou a construção de uma capela no centro da cidade de Aguê, no Benin.¹⁸

Não há motivo para ativistas do movimento negro fechar os olhos aos escravos que viraram senhores. Ninguém hoje deve ser responsabilizado pelo que os antepassados distantes fizeram séculos atrás. Negras forras e ricas podem até ser consideradas heroínas do movimento negro, personagens que ativistas deveriam divulgar com esforço. Para um brasileiro descendente de africanos, é muito mais gratificante (além de correto) imaginar que seus ancestrais talvez não tenham sido vítimas que sofreram caladas. Tratar os negros apenas como vítimas indefesas, como afirmou o historiador Manolo Florentino, “dificulta o processo de



Dentro da injustiça essencial da escravidão, havia espaço para relações das mais diversas, bastante influenciadas por situações e personalidades individuais. Muitos exemplos disso saem dos registros policiais do Rio de Janeiro do século 19. A cidade tinha naquela época mais escravos que a Roma antiga. A proporção de negros surpreendia viajantes que chegavam à cidade. “Se não soubesse que ela fica no Brasil poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação como uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro”, escreveu, em 1859, o médico alemão Robert Avé-Lallemant.¹⁹

NEM SEMPRE OS SENHORES LEVAVAM A MELHOR

Essa multidão impunha respeito aos senhores, que nem sempre levavam a melhor em disputas jurídicas. Em 1872, por exemplo, a escrava Francelina foi acusada de matar sua proprietária por envenenamento. Os vizinhos livres testemunharam a favor dela, dizendo que a moça era muito maltratada pela senhora morta. Francelina foi absolvida pela justiça. No mesmo ano, vinte negros do comerciante de escravos José Moreira Velludo resolveram espancá-lo até a morte. Não queriam ser vendidos para uma fazenda de café e concluíram que matar seu dono seria o melhor jeito de evitar a mudança. O comerciante sobreviveu à surra por pouco, graças a alguns empregados que espantaram os agressores. Dias depois, ainda ferido, Velludo foi à delegacia – não para acusar os negros que o surraram, e sim para inocentá-los. Como nos últimos anos antes da abolição um escravo era um produto valioso, o traficante queria livrá-los da cadeia para não perder o dinheiro que investira na compra.²⁰



identificação social das nossas crianças com aquela figura que está sendo maltratada o tempo todo, sempre faminta, maltrapilha”.²¹ É uma pena que historiadores comprometidos com a causa negra ou patrocinados por estatais escondam esses personagens.

Os portugueses aprenderam com os africanos a comprar escravos

Na mancha clara e sem fim do deserto do Saara, um traço negro se movimenta devagar. Em fila indiana, 2 mil escravos são conduzidos para o comprador, no norte da África. Estão presos uns aos outros com forquilha no pescoço e carregam, ao lado de camelos, sacos de ouro, algodão, marfim e couros. Meses antes, soldados de uma nação vizinha invadiram a cidade deles, mataram quase metade dos moradores e os que sobraram agora marcham sob o sol do Saara, como mercadoria. Chegarão em poucas semanas a castelos de reis árabes, onde as mulheres se tornarão concubinas e os homens, trabalhadores forçados.

Entre a diversidade das culturas africanas, a escravidão funcionava como um traço comum. Era quase uma regra dos reis ter escravos eunucos, escravas domésticas, dezenas de mulheres – que por sua vez tinham serviçais. As caravanas de comércio escravo existiam muitos séculos antes de os europeus atingirem a costa oeste do continente. No século 8, logo depois da colonização árabe no norte da África, africanos do sul do Saara passaram a atravessar o deserto para vender aos árabes algodão, ouro, marfim e

Seis grandes rotas ligavam nações ao sul do Saara aos povos árabes do norte. Três saíam do Império de Gana, no oeste da África, rumo ao Marrocos e à Argélia; uma ligava o Chade à Líbia, e outras duas iam, pelo rio Nilo, das terras sudanesas até o Egito.

sobretudo **escravos**. Na volta, as caravanas levavam aos reis africanos sal, joias, objetos metálicos e tecidos. Diz o historiador americano Paul Lovejoy:

A escravidão já era fundamental para a ordem social, política e econômica de partes da savana setentrional, da Etiópia e da costa oriental africana havia vários séculos antes de 1600. A escravidão era uma atividade organizada, sancionada pela lei e pelo costume. Os cativos eram a principal mercadoria do comércio, incluindo o setor de exportação, e eram importantes na esfera interna, não apenas como concubinas, criados, soldados e administradores, mas também como trabalhadores comuns.²²

Como há pouquíssimos registros dessa época, os historiadores não sabem direito qual o número de escravos vendidos pelo Saara. Mas concordam com o tamanho dele. Para o historiador Luiz Felipe de Alencastro, foram 8 milhões de pessoas. O americano Patrick Manning fala que só as rotas transaarianas escoaram 10 mil escravos por ano – 1 milhão de escravos por século. Contando as caravanas transaarianas e orientais até o fim da escravidão, Paul Bairoch soma 25 milhões de escravos – mais que o dobro do que foi levado às Américas, geralmente estimado em 12 milhões de pessoas.

Enriquecido com a venda de escravos, o reino de Kano tinha uma mesquita central e 21 cidades erguidas a mando do grão-vizir (o ministro do rei), com cerca de mil escravos em cada uma delas.

Com a venda de escravos, alguns reinos africanos viraram impérios, como o reino de Kano, na atual Nigéria. Quando os portugueses chegaram à região, em 1471, para comprar ouro direto da fonte em vez de obtê-lo por intermediários árabes, **Kano** já era um território enriquecido havia um século pela venda de ouro, escravos, sal e couro. Em outras regiões, a escravidão era uma cultura estabelecida com

tanta força que camponeses pagavam impostos ao Estado central usando escravos como moeda. Esse sistema facilitava a obtenção de escravos que seriam vendidos a europeus, americanos e árabes. O Império Axante, que se espalhava de Gana para a Costa do Marfim e Togo, cobrava dessa forma os impostos de regiões conquistadas. “Somente o pagamento de tributos eram da ordem de 2 mil escravos por ano por volta de 1820”, escreveu o historiador Paul Lovejoy.²³ Para conseguir comprar ouro nessa região, os portugueses precisaram arranjar escravos como moeda de troca. Estimase que, entre 1500 e 1535, eles compraram cerca de 10 mil cativos no golfo do Benin apenas para trocá-los por ouro na própria África.²⁴ Entraram em contato com os costumes locais e se tornaram escravistas.

Os africanos lutaram contra o fim da escravidão

Se já estavam ricos com a venda de escravos aos árabes, os reinos africanos lucraram muito mais com o comércio pela costa do oceano Atlântico. Trocando pessoas por armas, o reino de Axante expandiu seu território. O rei Osei Kwame (1777-1801), graças aos escravos que vendia, tinha palácios luxuosos, além de estradas bem aparadas que ligavam as cidades de seu império centralizado. Outro exemplo bem documentado é o reino do Daomé, atual Benin (um país estreito entre Togo e Nigéria). No século 18, havia por lá um Estado com burocracia militar, estradas, pontes vigiadas por guardas e cidades com 28 mil pessoas.

Nessa região e em muitos outros reinos, eram os próprios africanos que operavam o comércio de escravos. A “dominação europeia” se restringia a um forte no litoral, de onde os europeus só podiam sair com a autorização dos funcionários estatais. Quando viajavam, eram sempre acompanhados por guardas. O rei controlava o preço dos escravos e podia, de repente, mandar todos os europeus embora, fechando o país para o comércio estrangeiro. Também podia dar uma surra no branco que o irritasse. Foi isso que fez, em 1801, o rei Adandozan com Manoel Bastos Varela, diretor do forte português em Ajudá. Mandou embarcar o diretor “nu e amarrado” para o Brasil.

O soberano do Daomé podia reclamar diretamente com a rainha portuguesa. Seis anos antes de Manoel Varela ser enviado pelado para o Brasil, o rei anterior, Agonglô, escreveu uma longa carta à rainha **Maria I**. Com muita cordialidade, reclamava do diretor do forte português na cidade de Ajudá, Francisco Antônio da Fonseca e Aragão, “o qual esquece completamente as obrigações do seu cargo, preocupando-se somente em aumentar suas próprias finanças”.²⁵ Na carta de 20 de março de 1795, o rei ainda pede que o diretor de forte seja castigado “de maneira exemplar, como é costume fazer em semelhantes situações”. Quem respondeu a carta foi o príncipe dom João, futuro dom João VI, que anos depois fugiria com toda a corte para o Brasil. Dom João respondeu ponto por ponto. Aceitou demitir o diretor do forte e pediu desculpas por não enviar uma galé carregada com ouro e prata, como o rei africano tinha pedido:

Farei o necessário para vos dar satisfação quando a coisa for possível, tão logo as circunstâncias me permitirão, porque presente-

Ela própria.
a Rainha Louca.

mente me é impossível fazê-lo, não somente por falta de tempo, mas por outras razões sobre as quais é supérfluo informar-vos, desejando em tudo agradar-vos como importa à minha fiel amizade.²⁶

O escravo português era chamado pelo rei africano de “meu branco” – uma versão oposta do “minha nega”.

Para se comunicar com os portugueses, o rei do Daomé usava algum escravo português que tinha entre seu séquito. Eram geralmente marujos que acabavam capturados quando o Daomé atacava os vizinhos. Se Portugal não se interessava em pagar resgate para libertá-los, eles continuavam servindo ao rei africano. Trabalhando de intérpretes e escrivães, esses escravos brancos aproveitavam, nas cartas que escreviam a mando do líder negro, para incluir mensagens secretas de socorro. Como ninguém além deles falava português, não corriam o risco de ter a mensagem flagrada. Numa carta do rei Adandozan de 1804, o escrivão “branco” Inocêncio Marques de Santana incluiu um pequeno recado, uma espécie de “me tira daqui pelo amor de Deus” a dom João: “Eu, escrivão deste Cruel Rei, que aqui me acho há 23 anos fora dos portugueses, Vossa Magnificência queira perdoar meu grande atrevimento”, escreveu Inocêncio, avisando sobre “como tratam os pobres portugueses nesta terra”.²⁷

Os intérpretes brancos ajudavam os nobres africanos durante viagens diplomáticas. Entre 1750 e 1811, embaixadores africanos foram à Bahia e a Portugal com o objetivo de negociar o preço de escravos e pedir o monopólio de venda aos portugueses. Segundo o etnógrafo Pierre Verger, foram quatro viagens diplomáticas de enviados do rei do Daomé, duas dos reis de Onim (hoje Lagos) e outra do chefe de Ardra (Porto Novo). Tanto no Brasil quando



A imagem mais repetida da escravidão deve ser a do **negro sendo chicoteado no pelourinho** de uma grande fazenda por um carrasco sádico, enquanto dezenas de outros negros assistem cabisbaixos e, na casa-grande, um poderoso coronel branco dá um pequeno **sorriso de satisfação**. Castigos violentos como esses aconteceram em diversos sistemas escravistas. No Brasil, eram comuns sobretudo nas grandes plantações de cana-de-açúcar do Nordeste, as *plantations* descritas pelo sociólogo pernambucano **Gilberto Freyre**, onde imperava a monocultura dedicada à exportação. Na mesma região, um outro cenário poderia ser visto. Antes de o sol aparecer, o senhor, seu filho e um escravo, os três pardos ou negros, já estão com a enxada na mão a caminho da roça. Só os três cuidam da pequena plantação de fumo e mandioca, por isso trabalham até o começo da noite.

MUITO **ALÉM** DA **CASA-GRANDE**

No livro *Um Contraponto Baiano*, o historiador americano Bert Barickman defende que cenas assim aconteciam no próprio Recôncavo Baiano, região de grandes *plantations* de cana-de-açúcar. Em fazendas de Nazaré das Farinhas, São Gonçalo dos Campos e Santiago do Iguape, em média 59% dos senhores tinham até quatro escravos – apenas 4,5% deles tinham mais de 20 escravos e só 1%, mais de 60. Não se sabe como senhores e escravos viviam nessas pequenas fazendas, mas alguns registros dão uma ideia. O historiador Barickman se baseia na peça de teatro *O Juiz de Paz na Roça*, criada por Martins Pena em 1838. Na peça, **O senhor e seu único escravo trabalham juntos**, voltam para casa reclamando do cansaço e jantam lado a lado. O senhor escravista, diz o historiador, “nem na roça, onde empenha uma enxada, nem à mesa de jantar, onde come com as mãos e depois lambe os dedos, poderia se fazer passar por um grande e ativo senhor do tipo descrito por Gilberto Freyre”.²⁸



na corte em Portugal, os diplomatas e seus auxiliares foram recebidos com luxo. A partir de 1795, dois diplomatas do Daomé passaram quase dois anos sob os cuidados do reino português. Foram para a Bahia e de lá para Portugal. Na sede do reino, um deles morreu de resfriado e outro foi batizado, ganhando o nome real de João Carlos de Bragança. Apesar da morte do representante, a comitiva voltou a Salvador para desfrutar dos confortos das instalações **portuguesas**.

O comércio direto para o Brasil fazia nobres africanos se interessarem pela política interna do reino português. Em 1822, quando dom Pedro I deu o grito às margens do Ipiranga, o obá Osemwede, do Benin, e Ologum Ajan, de Lagos, foram os primeiros a reconhecer a independência do Brasil.²⁹ O país também servia de exílio, onde negros nobres vinham passar um tempo depois de derrubados do trono. O príncipe Frukú, do golfo da Guiné, foi posto num navio negreiro por um adversário político. No Brasil, ganhou o nome de Jerônimo, mas deve ter ficado pouco tempo como escravo. Se os brasileiros o encaravam como um cativo qualquer, os africanos viam nele um príncipe. “Juntando os seus tostões, os patrícios de Frukú não devem, portanto, ter demorado em comprar-lhe a liberdade”, escreveu o historiador Alberto da Costa e Silva, um dos grandes especialistas em história do tráfico atlântico. “Liberto, Jerônimo deixou-se ficar em Salvador, já que não podia, sob pena de ser reescravizado, retornar ao Daomé.”³⁰ Vinte e quatro anos depois, com a morte do inimigo que o mandou ao Brasil, Frukú voltou à África para disputar o trono do Daomé, desta vez com o nome de “Dom Jerônimo, o **brasileiro**”.

Os nobres africanos dependiam da venda de escravos para manter seu poder. Vendendo gente, eles obtinham

O embaixador africano desfrutou tanto dos agrados oficiais que esgotou a paciência do governador da Bahia, Fernando José de Portugal e Castro. “Não foram poucas as impertinências, grosserias e incivildades que sofreu do Embaixador, apesar da afabilidade e atenção com que sempre lhe falava”, escreveu o governador, em 1796, ao secretário de Estado de Portugal.³¹

Outro exemplo é Nan Agotiné, a mãe do rei Guezo, do Daomé. Vendida como escrava ao Brasil, ela montou seu próprio reinado em São Luís do Maranhão.



armas. Garantiam assim a expansão do território e o domínio das terras já conquistadas. Sem a troca de escravos por armas, tinham a soberania do território e a própria cabeça ameaçadas. Como observa Alberto da Costa e Silva:

Para as estruturas de poder africanas, a venda de escravos era essencial à obtenção de armas de fogo, de munição e de uma vasta gama de objetos que davam *status* e prestígio aos seus possuidores. O sistema de troca de seres humanos (geralmente prisioneiros de guerra e presos comuns ou políticos) por armas de fogo e outros bens consolidara-se ao longo dos séculos, desde o primeiro contato com os europeus na África, e não podia ser facilmente substituído pelo comércio normal. Há quem pense que o interesse de alguns africanos na manutenção do tráfico era ainda maior do que o dos armadores de barcos negreiros ou o dos senhores de engenhos e de plantações no continente americano.³²

Para essa espiral romper o ciclo, foi preciso entrar em cena um elemento externo e poderoso: a Inglaterra. O ideal de liberdade dos negros, que todas as pessoas sensatas defendem hoje em dia, surgiu somente por causa dos protestos eufóricos e do poder autoritário dos ingleses.

Sem a **influência** do povo da **Inglaterra**, a **escravidão** duraria muito **mais**

Lendo a palavra “Inglaterra”, talvez chegue à sua mente a palavra “interesses”. Nos livros didáticos brasileiros, a Inglaterra quase sempre aparece acompanhada desse ter-



mo. O livro *Nova História Crítica* para a 7ª série, de Mário Schmidt, aponta três possíveis motivos que teriam levado os ingleses a ficar contra a escravidão – os três relacionados aos tais interesses. “Há historiadores que insistem que a Inglaterra era um país capitalista *interessado* em ampliar seus mercados consumidores. [...] É claro que os ingleses não eram contra o tráfico por uma questão humanitária.”³³ Em 2007, os jornais revelaram que os livros de Schmidt tinham trechos com uma carga ideológica pesadíssima, como “A Princesa Isabel é uma mulher feia como a peste e estúpida como uma leguminosa”.³⁴ Outros livros didáticos, se não têm frases tão emblemáticas, contam histórias igualmente simplistas. “Interessava à Inglaterra a formação de um amplo mercado consumidor, principalmente de produtos manufaturados”, pontifica o livro *História e Vida*, de Nelson Piletti e Claudino Piletti.³⁵

Na verdade, o movimento abolicionista inglês teve uma origem muito mais ideológica que econômica. Organizado em 1787 por 22 religiosos ingleses, foi um dos primeiros movimentos populares bem-sucedidos da história moderna, um molde para as lutas sociais do século 19. Os abolicionistas se organizavam em comitês, contavam com o apoio de homens comuns e mulheres defensoras do voto universal, que saíam de porta em porta distribuindo panfletos, juntando abaixo-assinados e promovendo boicotes. Os comitês arrecadavam dinheiro para a *propaganda*, publicando livretos com discursos abolicionistas e plantas de navios negreiros. Essas publicações deixaram a população horrorizada com as condições dos escravos e propensa a boicotar produtos feitos por eles. Para pressionar o Parlamento britânico a votar o direito dos negros, os abolicionis-

Em 1787, um boicote dos abolicionistas ingleses ao açúcar feito por escravos conseguiu que 300 mil pessoas deixassem de consumi-lo na Inglaterra.

Ainda mais fora de sintonia é a ideia de que os ingleses interromperam o tráfico de escravos para criar um mercado consumidor na América. Mesmo naquela época, era um pouco difícil para os empresários montar ações que trariam lucro apenas um século depois.

Se a Inglaterra conseguiu acabar com o tráfico pelo Atlântico, a escravidão durou muito mais em outros pontos da África. Em Serra Leoa, os escravos só foram libertados em 1928, e apenas em 1950 no Sudão. Na Mauritânia, república islâmica ao sul do Marrocos, seguiu até 1980. Ilegalmente, é praticada no país ainda hoje.

tas entraram com petições na Câmara dos Comuns – equivalentes aos projetos de iniciativa popular à nossa Câmara dos Deputados. Foram em média 170 por ano entre 1788 e 1800, chegando a 900 em 1810. No total, até o fim da escravidão na Inglaterra, em 1833, foram mais de 5 mil petições, cada uma com centenas de milhares de assinaturas. Esse radicalismo faria o tráfico de escravos ser extinto em 1807, forçando todo o Atlântico a tomar a mesma posição.

Os livros não só dão pouca ressonância a esse movimento popular como erram ao contar a história dos interesses econômicos. Sabe-se disso desde 1979, quando o historiador americano Seymour Drescher publicou o livro *Econocide* (“Econocídio”). Para ele, não foi o declínio do comércio com a América que possibilitou a abolição, mas o contrário: o fim da escravidão abalou a economia britânica na América. Muitas das cidades mais ativas na abolição, como Manchester e Liverpool, eram as que mais lucravam vendendo para reinos escravistas da África e da América. “Quem apoiava o tráfico poderia muito bem acusar os abolicionistas de agir contra seus próprios interesses”, escreveu Drescher.³⁶ Como diz o historiador Manolo Florentino:

Quando se trata de avaliar os motivos da pressão inglesa pelo fim do tráfico atlântico de escravos, para nos bancos escolares do ensino médio o estigma do “Ocidentalismo” – crença que reduz a civilização ocidental a uma massa de parasitas sem alma, decadentes, ambiciosos, desenraizados, descrentes e insensíveis. Não podem ser levadas a sério teses que vinculam a ação britânica a imaginárias crises econômicas do cativo no Caribe na passagem do século XVIII para o seguinte. O tráfico seguia lucrativo e não passava pela cabeça de nenhum líder inglês sério que a demanda

americana por bens britânicos pudesse aumentar com o fim da escravidão. Mas tudo isso continua a ser ensinado aos nossos filhos e netos.³⁷

Em 2007, completaram-se duzentos anos da proibição do tráfico de escravos, a primeira vitória da campanha abolicionista da Inglaterra. Nenhum país da África ou movimento negro da América prestou homenagens ou agradecimentos aos ingleses.

NOTAS

- 1 Milton Guran, *Agudás: Os “Brasileiros” do Benim*, Nova Fronteira, 2000, página 47.
- 2 Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, obra publicada originalmente em 1883, página 60, disponível em www.dominiopublico.gov.br.
- 3 Pierre Verger, *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: Dos Séculos XVII a XIX*, 2ª edição, Corrupio, 1987, página 264.
- 4 Pierre Verger, página 251.
- 5 Ronaldo Vainfas, “Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira”, revista *O Tempo*, volume 4, número 8, agosto de 1999.
- 6 Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de Quilombolas*, Companhia das Letras, 1995, página 10.
- 7 Paul E. Lovejoy, *A Escravidão na África*, Civilização Brasileira, 2002, páginas 128 a 130.
- 8 Marina de Mello e Souza, “A rainha Jinga – África central, século XVII”, revista eletrônica *ComCiência*, número 97, 9 de abril de 2008.
- 9 Flávio dos Santos Gomes, *Palmares*, Contexto, 2005, página 104.
- 10 Andressa Mercedes Barbosa dos Reis, *Zumbi: Historiografia e Imagens*, dissertação de mestrado disponível em www.dominiopublico.gov.br.
- 11 Mary del Priore e Renato Pinto Venâncio, *O Livro de Ouro da História do Brasil*, Ediouro, 2001, página 79.
- 12 *Dicionário Houaiss*, verbete “Escravo”; *Merriam-Webster Dictionary*, verbete “Slave”.
- 13 Rory Carroll, “New book reopens old arguments about slave raids on Europe”, *Guardian*, 11 de março de 2004.
- 14 Eduardo França Paiva, *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII*, Annablume, 1995, páginas 137 e 138.
- 15 Eduardo França Paiva, páginas 45 e 147.
- 16 José Roberto Pinto de Góes, “Negros: uma história reparada”, revista *Insight Inteligência*, número 34, julho-setembro de 2006, páginas 52 a 62.

- 17 Bert Jude Barickman, *Um Contraponto Baiano*, Civilização Brasileira, 2003, página 239.
- 18 J. Michael Turner, "Escravos Brasileiros no Daomé", revista *Afro-Ásia*, UFBA, número 10-11, 1970, página 16; Alberto da Costa e Silva, *Um Rio Chamado Atlântico*, Nova Fronteira, 2003, página 160.
- 19 Lilia Moritz Schwarcz, *As Barbas do Imperador*, 2ª edição, Companhia das Letras, 1999, página 13.
- 20 Sidney Chalhoub, "Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio", *Revista Brasileira de História*, volume 8, número 16, páginas 83 a 105.
- 21 Carolina Glycerio e Silvia Salek, "Vitimização do negro nos livros estimula preconceito, diz historiador", BBC Brasil, 23 de agosto de 2007, disponível em www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/08/070704_dna_racismo_educacao_cg.shtml.
- 22 Paul E. Lovejoy, página 59.
- 23 Paul E. Lovejoy, página 240.
- 24 Wolfgang Döpcke, "O Ocidente deveria indenizar as vítimas do tráfico transatlântico de escravos?", *Revista Brasileira de Política Internacional*, volume 44, número 2, 2001.
- 25 Pierre Verger, página 268.
- 26 Pierre Verger, páginas 289 a 291.
- 27 Pierre Verger, página 289.
- 28 Bert Jude Barickman, página 251.
- 29 Lilia Moritz Schwarcz, página 18.
- 30 Alberto da Costa e Silva, "Fruku, o príncipe-escravo", *Aventuras na História*, edição 5, fevereiro de 2004.
- 31 Silvia Hunold Lara, *Fragmentos Setecentistas*, Companhia das Letras, 2007, página 200.
- 32 Alberto da Costa e Silva, *Um Rio Chamado Atlântico*, Nova Fronteira, 2003, página 18.
- 33 Mário Furley Schmidt, *Nova História Crítica: 7ª Série*, Nova Geração, 2001.
- 34 Editorial "O Mec acorda tarde", *O Estado de S. Paulo*, caderno Opinião, 20 de setembro de 2007.



- 35 Nelson Piletti e Claudino Piletti, *História e Vida, Brasil: Do Primeiro Reinado aos Dias de Hoje*, volume 2, 23ª edição, Ática, 2006, página 40.
- 36 Seymour Drescher, *Capitalism and Antislavery: British Mobilization in Comparative Perspective*, Oxford University Press, 1987, página 72.
- 37 Manolo Florentino, "Sensibilidade inglesa", *Revista de História da Biblioteca Nacional*, maio de 2008.



